

O espelho da domesticidade na Amazônia Setentrional: divisão sexual do trabalho, desenvolvimento e educação no ex-Território Federal do Amapá (1949-1964)

* TATIANA PANTOJA OLIVEIRA

Resumo

O presente artigo analisa as intersecções entre os discursos, práticas e as representações sobre o desenvolvimento regional do ex-Território Federal do Amapá e os modelos educacionais de feminilidade e masculinidade, que visavam impor a visão hegemônica do Governo Territorial em todos os *campus*, mormente no trabalho e na família, em detrimento das concepções e práticas arraigadas nos costumes tradicionais da população ribeirinha da Amazônia. Esses modelos estavam sendo aplicados por meio da escolarização formal em três escolas: a Escola Doméstica de Macapá, a Escola Industrial de Macapá e a Escola Normal de Macapá. Respectivamente, a primeira escola voltava-se à educação feminina sob o regime de externato e, preferencialmente, de internato, apresentando como meta principal formar futuras donas de casa e mães de família, com o acréscimo de uma sólida formação religiosa. Daí decorreu uma cooperação entre Estado e Igreja Católica para consecução dos almejados desígnios, com a entrega da Escola Doméstica à administração burocrática e pedagógica da Ordem religiosa do Instituto das Irmãs de Caridade das Santas Capitanio e Gerosa. A segunda instituição escolar constituía-se em um internato que atendia rapazes para a educação profissional, notadamente horticultores, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros e oleiros. Pode-se ainda apontar sobre a terceira escola que, muito embora fosse de ensino misto, o fato de a maior parte do público discente ser do gênero feminino ligava-se à concepção da época de que a formação para o magistério era uma das poucas profissões de trabalho fora do lar que não intervinham negativamente na precípua missão da mulher de ser dona de casa e mãe de família. Problematiza de forma os modelos escolares de feminilidade e de masculinidade atrelavam-se a uma política de Estado, ancorada na divisão sexual do trabalho, impondo sobre a sociedade amapaense um modo de ser mulher e de homem e seus respectivos deveres. Apresenta como objetivo investigar os discursos e

* Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (PPGMDR/UNIFAP). Especialista em História Social e Cultural da Amazônia. É professora de História da rede pública de ensino do Governo do Estado do Amapá. E-mail: tatiapantoja@gmail.com .

representações acerca das dessas escolas, plasmadas como uma vitrine do desenvolvimento do ex-Território em jornais da época, nas visitas de autoridades às escolas e nas cerimônias de formatura. Foram pesquisados documentos no Arquivo Escolar da Escola Doméstica de Macapá, como Relatórios de Atividades da Escola Doméstica, entre outros, além do jornal *Amapá*, que era órgão governamental, e o periódico *A voz Católica*. De grande valia também foram estudos bibliográficos. Procedeu-se a uma pesquisa qualitativa, com base na Análise de Conteúdo.

Gênero; trabalho; educação.

INTRODUÇÃO

As relações de gênero que se configuram na atualidade, marcadas pelas desigualdades nos campos de trabalho, educação e política, entre outros, nos quais os homens tendem a ter mais acesso ou privilégios. O que levou a que tais relações fossem marcadas por desigualdades e preconceitos? O que fez isso se perpetuar até os dias hodiernos?

Pode-se levar mais adiante e indagar se as relações de gênero se constituíram da mesma forma e em todos os lugares ou quais são as especificidades e os tons dessas diferenciações. No Brasil, um país de dimensões continentais, o processo que permitiu a reprodução das relações de gênero ganhou que tipo de conotações de Norte ao Sul?

Verifica-se que historicamente os ditames vindos do Centro-Sul orientaram as políticas públicas que deveriam ser seguidas pelas demais regiões. Na Amazônia Setentrional, o Amapá ganhou bastante destaque ao ser elevado ao estatuto de Território Federal (TF), em 1943,² com a fim de se estabelecer um controle da União sobre a exploração mineral de suas ricas jazidas de manganês. Nesse afã, o Governo Federal escolheu como o capitão do Exército governador Janary Gentil Nunes para dirigir, igualmente de forma draconiana, o recém-criado Território, norteado pelo trinômio

² Criação sancionada pelo Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943. Junto com o Amapá, desmembrado do Estado do Pará, foram criados mais quatro Territórios Federais: de Roraima em 1962; Guaporé, sendo renomeado em 1956 como TF de Rondônia; de Ponta-Porã; de Iguazu (PORTO, Jadson Luís R. Os Territórios Federais e sua evolução no Brasil. **Presença** online: revista de educação, cultura e meio ambiente/UNIR, Porto Velho, v. 3, n. 15, mar. 1999. 11 p.)

“Sanear, Educar e Povoar,” além de intermediar as negociações para a implantação da companhia mineralógica ICOMI S.A (SANTOS, 2006).

Nesse ínterim, o Amapá apresenta um *locus* fértil para a análise da relação entre gênero e política, pois se constituiu no recém-criado Território Federal do Amapá formas de poderes que se manifestaram por intermédio do autoritarismo com o estabelecimento de um Governo com agentes administrativos nomeados pelo Estado Nacional, que visava impor um reordenamento econômico e social, por meio da escolarização e da divisão sexual do trabalho, correlacionado ao controle sobre a mulher, alicerces de um novo modelo de família. Também se manifestaram pela influência da Igreja Católica, que difundia valores afins. Possibilita analisar ainda como esses poderes se coadunam para naturalizar as relações de gênero, alcançando a eficácia da violência simbólica, por meio da introspecção de *habitus*.

1. O conceito de gênero e encaminhamentos

Em um texto instigante, Michelle Perrot (1995) traçou uma reflexão sobre o percurso e repercussão da coletânea História das Mulheres no Ocidente, que segundo a autora, foi o marco de um movimento vigoroso no seio acadêmico para firmação do campo de pesquisa sobre as mulheres em meio à dominação masculina predominante na historiografia. Começou-se a perceber, então, as mulheres “não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos, e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos”. (PERROT, 1995, p. 9).

Além disso, a autora se preocupou em discutir os problemas apontados pelas críticas à referida coletânea, justificando alguns recortes, encaminhamentos e experiências em superá-los. As questões levantadas em resposta a esse conjunto de críticas fomentaram novas pesquisas sobre o tema na busca de superar as lacunas. Inspirado em tal lume, este estudo tateia em novos processos históricos em outra temporalidade e lugar, para que a história das mulheres seja como um caleidoscópio, plural e multifacetado.

Desvendar os novos processos pode se tornar deveras difícil, pois, como apontou Perrot (1995), esbarra na limitação das fontes de pesquisa, encontrando-se bem reduzidas as que foram produzidas pelos próprios sujeitos com quem se quer aproximar. Em

conformidade com a autora, mesmo não produzidas especificamente pelas mulheres, cuja a História se deseja evidenciar, as fontes podem ter igual valor quando se tem a “consciência da importância do âmbito simbólico, das representações e das imagens, a longa duração dos sistemas de valores fundantes de uma dominação masculina que certamente evolui nas suas formas, reconstituindo-se sem cessar.” (PERROT, 1995, p. 26). É possível destacar a resistência e a subversão das mulheres no dentro do próprio discurso dominante.

A limitação das fontes pode estar ligada a questão do Poder. A forma como se entrelaçam gênero e Poder é o cerne do conceito de Joan Scott (1995, p. 86): “o gênero é o elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e “é uma forma primeira de significar as relações de poder.”

De acordo com Scott (1995, p. 87-88), ao se tratar de gênero deve-se ter a primeira dimensão de seu conceito, que se divide em quatro elementos constitutivos, os quais não são simultâneos, mas mantêm uma relação entre si, que só a pesquisa histórica pode desvendar: (1) o conceito envolve as representações múltiplas dos símbolos ou do emprego da linguagem; (2) os conceitos normativos que podem ser interpretativo dos sentidos simbólicos, expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas, que imprimem sentido ao masculino e ao feminino e que ainda podem rejeitar ou reprimir outras possibilidades, afirmando-se como as únicas possíveis, resultado de um consenso social e não de um conflito; (3) o desafio em “descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero,” incluindo na análise a dimensão política, o papel das instituições, da organização sociopolítica, do mercado de trabalho e da educação sexualmente segregados; (4) o exame das formas “pelas quais as identidades generificadas são substancialmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas.”

A segunda dimensão do conceito de gênero por Scott (1995) remonta-se às relações entre gênero e poder, sendo um campo primário em que ocorre, no interior, a articulação do poder de forma constante e recorrente. A interconexão entre gênero e política inclui a questão de legitimidade das desigualdades em função do sexo e também para atender as necessidades do Estado, na construção e consolidação de um Poder.

Importa em refletir sobre a ligação entre regime autoritário e o controle sobre as mulheres, na tomada de medidas legais conservadoras.

Pierre Bourdieu (2007) dedicou uma obra sobre o jogo de forças que deixou as mulheres em desvantagem perante os homens. Historicamente, houve a elaboração de esquemas de percepções que permitiram subordinar as mulheres ao domínio masculino. Nesse jogo, processou-se a violência simbólica, que permitiu a dominação masculina, imposta de maneira imperceptível às mulheres, como se fosse algo natural e imutável.

O autor em tela propõe um encaminhamento teórico-metodológico que investigue a forma como as estruturas e o *habitus* são formulados e reproduzidos de modo a perpetuar a dominação masculina. Torna-se necessário “reconstruir a história do trabalho histórico de des-historicização, ou se assim preferirem, a história da (re)criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, que se realiza permanentemente desde que existem homens e mulheres,” analisando a influência de agentes e instituições que se encarregaram de garantir a perpetuação da dominação masculina, notadamente a família, onde “se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem”; a Igreja, por sua ação sobre as estruturas do inconsciente, na ação inculcar “explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada por valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres;” a Escola como um lugar privilegiado para a assimilação de *habitus*, subordinando à violência simbólica; e o Estado, “que veio ratificar e reforçar a prescrições e as proscricões do patriarcado privado com as de um *patriarcado público*”. (BOURDIEU, 2017, p. 117, 120 e 122).

Roger Chartier (1995) escreveu um artigo sobre a pertinência do estudo sobre a dominação masculina para entender de que forma os dispositivos são usados, com bastante eficácia, para a interiorização pelas mulheres das normas colocadas pelo discurso masculino como uma violência simbólica, que é histórica, cultural e linguisticamente construída, tal como proposto por Bourdieu. Desse modo, afirma que é necessário o estudo dos discursos e das práticas em fontes múltiplas, que preconizam “a divisão das atribuições e dos espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública, etc.”, observando como “as representações da inferioridade

feminina, incansavelmente repetidas e mostradas, se inscrevem nos pensamentos e nos corpos de umas e de outros.” (CHARTIER, 1995, p. 40). Na empreita investigativa, como também foi apontado por Scott (1995), sói identificar em cada configuração histórica os mecanismos que garantem a eficácia da violência simbólica e ainda a legitimidade da divisão sexual do trabalho.

2. O Território Federal do Amapá

O Amapá apresenta um *locus* fértil para a análise da relação entre gênero e política. A criação do Território Federal do Amapá conjugava o discurso de segurança e integração nacional (SANTOS, 2006) e a garantia à União do gerenciamento das divisas geradas pelas atividades mineradoras. Os Territórios Federais foram, destarte, uma estratégia de controle do Governo Federal sobre áreas com grande potencial econômico.

A configuração da educação escolar como uma das áreas de destaque do Governo do Território do Amapá deve ser compreendida como parte de um projeto maior de transformação sociocultural. Estabelecer apenas as condições materiais necessárias para o funcionamento do parque industrial mineralógico seria inútil, pois era preciso também transformar o nativo da região, bem como o que migrasse para o novo Território, em um homem novo, que diferentemente de seus antigos costumes e vícios, se tornaria um empregado disciplinado e produtivo (LOBATO, 2009).

Exigia-se a cooperação da população para com um projeto de transformação do modo de vida do ribeirinho, mas de modo impositivo, sem levar em conta a realidade local. Este projeto não era apenas estatal, pois outras instituições estavam empenhadas em elevar o nível de civilidade das camadas populares. Assim, essa intencionalidade também era compartilhada também pelo Capital privado, notadamente expresso nas ações de ingerência da empresa Indústria e Comércio S.A. (ICOMI), que ganhou a concessão de exploração do manganês encontrado no Amapá, em suas *company towns* instaladas em Serra do Navio e Santana, a fim de melhor controlar a vida dos trabalhadores.

O poder público e o poder privado estavam assim engajados na “legitimação de um plano de desenvolvimento baseado naquilo que se dizia ser o justo aproveitamento das riquezas e da mão-de-obra locais” (PAZ, 2014, p. 113). Nas *company towns* citadas, a empresa aplicou um rigoroso controle ampliado sobre o trabalho e sobre a vida privada

de seus empregados, instituindo uma divisão sexual do trabalho, com a obrigação de desempenho dos homens nas atividades laborais e das mulheres nas atividades domésticas e de mãe de família. A instrução escolar tinha a finalidade de formar os futuros operários da companhia.

A Igreja Católica era outra instituição que no Amapá passou a atuar de maneira mais ativa com a renovação de seus quadros com a substituição da Congregação Sagrada Família pelos missionários italianos do Pontifício Instituto das Missões (PIME) em 1948 (GHEDDO, 2000), e em 1951 ganharam um reforço com a chegada de algumas missionárias da Ordem das Irmãs de Caridade das Santas Capitanio e Gerosa, também conhecida como Ordem das Irmãs de Nossa Senhora Menina, em 1951 (ROMELLI, 2011).

O discurso com forte teor moralizante afinava-se com os interesses do plano de desenvolvimento supracitado. Por meio de homilias nas missas e do jornal de sua propriedade, *A Voz Católica*, condenava-se o consumo de bebidas alcoólicas, jogatinas, prevaricações, danças indecentes, vida desregrada, reforçando-se as atitudes desejadas e asseverando sobre o papel do homem no sustento da família e das mulheres no trato dos cuidados domésticos e dos filhos (OLIVEIRA, 2018).

Passando do discurso à ação, a Igreja Católica estabeleceu com o Estado uma colaboração há muito desejada. Um convênio tácito foi realizado na educação, com a Igreja construindo salas de aulas em suas paróquias e o Governo do Território Federal do Amapá (GTFA) cedendo professores para a alfabetização das crianças. Os padres faziam ainda a formação para que os professores das escolas públicas interioranas se convertessem também em catequistas (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015).

O Governo Janary Nunes foi responsável por várias obras de saneamento, urbanização, construção de prédios públicos e de várias escolas, duas delas notadamente segregadas sexualmente, sob o regime de internato: a Escola Industrial de Macapá, criada em 1950, para moços e rapazes com o fito de aprender a profissão de artífices, e a Escola Doméstica de Macapá, criada em 1951, para meninas e moças a fim de receberem instrução escolar e habilidades em prendas domésticas, colocada sob a tutela de uma instituição católica feminina – Ordem das Irmãs de Caridade das Santas Capitanio e Gerosa, também conhecida como Irmãs de Nossa Senhora Menina (LOBATO, 2013.)

Existiram escolas fundadas com base na coeducação, oferecendo cursos em externato, tais como a Escola Normal de Macapá, o Colégio Amapaense e o Colégio Comercial do Amapá (LOBATO, 2009). Nestas escolas de ensino misto, também se pode observar que havia cursos que preferencialmente eram dirigidos a um gênero específico, como a Escola Normal, com a maioria do corpo discente do sexo feminino, e as outras citadas, de maior procura pelo público masculino (OLIVEIRA; FERREIRA, 2017).

3. Espelho da domesticidade: as instituições escolares e a divisão sexual do trabalho

A Escola Industrial e a Escola Doméstica foram duas instituições escolares que funcionaram como internato em Macapá. Exemplos nítidos do plano de governo alicerçado na divisão sexual do trabalho, com a diferenciação do seu público em masculino e feminino e da formação que cada um deveria ter: para os rapazes, profissionalização profissional ligada a serralheria, sapataria, alfaiataria, construção civil, agricultura e operação de maquinário; para as moças, tricô, Arte culinária, corte e costura, pintura em tecido, tricô e crochê, bordado à mão, economia doméstica, além das disciplinas formais do currículo vigente a época. Demarcavam, assim, a divisão sexual que se planejava reforçar no Amapá.

Em especial, a Escola Doméstica tinha uma especificidade a mais, pois mesmo sendo pública, era gerida pela Ordem católica das Irmãs de Maria Menina, que estabeleceram-se justamente para das atividades pedagógicas e ministrar assistência espiritual às meninas.

A interpenetração público/confessional na Escola Doméstica de Macapá conformou uma cultura escolar que possibilitou a internalização de *habitus* por parte das então alunas, que as tornaria no futuro boas esposas cristãs e mães dedicadas, visando a um aprimoramento moral da sociedade e à qualificação profissional feminina como artesãs no âmbito doméstico, ou então, para complementação de renda do marido. (OLIVEIRA, 2016).

As duas escolas federais em tela tornaram-se o espelho da domesticidade no então Território. O jornal *Amapá*, que era órgão oficial do GTFA, utilizou vários recursos discursivos para enaltecer a grande contribuição que as escolas somavam ao desenvolvimento do Território.

Autoridades, comitivas importantes em expedição pela região, jornalistas e o próprio governador eram convidados a visitar as escolas e verificaram por si o grau de excelência que cumpriam na formação dos jovens. O redator da coluna Bazar do jornal *Amapá* exprimiu da seguinte forma suas impressões após uma dessas visitas à Escola Doméstica em 26 de abril de 1953:

Criada e mantida pelo Governo do Território, suas amplas, modernas e higiênicas salas são os abrigos que protegem de tudo essas meninas menos afortunadas e que, antes, tinham os seus tristes dias abarrotados por essas beiras de rios, desconhecendo os mais rudimentares preceitos de civilidade e de vida doméstica, vida no lar, vida sob um telhado e sobre um chão polido. É consolador penetrar-se nessa Escola, a qualquer hora para de lá sair-se entusiasmado com tantas atividades praticadas pelas internas, quando é certo que, para elas, tudo aquilo é, positivamente, um mundo novo predispondo-as a um futuro feliz e digno. (AMAPÁ. Escola Doméstica. [Jornal] *Amapá*, Macapá, n. 433, 26 abr. 1953, p. 2).

A Escola Doméstica tinha entre suas diretrizes atender meninas e moças, preferencialmente órfãs e carentes, abrigando-as e educando-as para o lar. O redator usou a contraposição da imagem de abandono, miséria e primitivismo, retrato da vida das ribeirinhas, a de outra imagem, na qual há proteção da mulher, civilização e higienização, na preparação das jovens em “exímias donas de casas, conhecendo todos os segredos que fazem do lar a pedra de toque da organização da família e da sociedade,” *intra muros* da escola.

Em outro artigo do mesmo periódico, de dimensões tipográficas reduzidas, mas destacado em negrito na primeira página, a escola é considerada como “um capítulo à parte no cenário da administração pública do Território,” assentada em “bases espirituais, onde se percebe a irresistível e suave força do mais puro cristianismo.” (AMAPÁ/[Jornal] *Amapá*, 7 fev. 1954, p. 1). A instituição é ressaltada como modelo de uma educação bem sucedida na qual as Irmãs de Maria Menina dedicavam completa assistência moral, intelectual e física:

Inúmeras vezes temos visitado a Escola Doméstica, entrando em contato com as religiosas que ali exercem o seu santo mister (...). Daí podemos afirmar que a Escola Doméstica de Macapá representa uma autentica legenda de moralidade militante, para onde se volta, com especial carinho e desvelado interesse o Governo do Território, dando assim, uma esplendida demonstração de ampla visão no que diz respeito à coisa pública, porque as obrigações do Estado devem ser enxergadas pelos administradores sem unilateralismos estéreis, - e sim em seu conjunto complexo e harmonioso. Vai, pois, a Escola Doméstica cumprindo uma nobre e elevada missão, amparando, sob o signo de Deus jovens que ali encontram ambiente propício à formação de boas donas de casa na verdadeira acepção cristã. (Jornal] *Amapá*, 7 fev. 1954, p. 1).

Observa-se o reforço das imagens anteriormente citadas, acrescentado a questão da religião. As educandas não apenas deveriam aprender ofícios condizentes ao gênero feminino, mas também deveriam ser instruídas moralmente, tarefa essa que a cargo das Irmãs, era considerado fundamental importância para a formação de famílias patriarcais e cristãs. A religião permeava dava a liga necessária ao trabalho pedagógico, absorvendo *habitus* e permitindo a reprodução (OLIVEIRA, 2016). Verifica-se o quanto a aprendizagem e comportamento das alunas estavam consoantes ao plano de governo, reforçando a divisão sexual do trabalho pretendida.

Quando alguma autoridade ou comitiva estava em visita ao Amapá, a Escola Doméstica e a Escola Industrial aparecia costumeiramente no roteiro de visita. Logo, com grande entusiasmo foi anunciada referido periódico em 19 de junho de 1955 a futura vinda a Macapá de uma comitiva de estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG) em viagem de estudos, acompanhada de uma caravana de políticos e altas patentes brasileira e americana com o fito de observar o desenvolvimento do Território (AMAPÁ/[Jornal] *Amapá*, 19 jun. 1955, p. 1 e 4). A única escola incluída na programação fora justamente este educandário, pois, como espelho desse desenvolvimento, deveriam ser a vitrine das ações governamental.

No número seguinte, em 23 de junho de 1955, o *Amapá* publicou a reportagem descrevendo como foi a visita, notando-se a inclusão de uma demonstração da equipe de natação infantojuvenil da Escola Barão do Rio Branco. Outra alteração foi na ordem de visita, passando a Escola Doméstica a ser a primeira a ser visitada, oferecendo uma mesa de frutas regionais na recepção.

Ficou a cargo da Escola Doméstica a recepção de outra comitiva, a dos alunos da delegação de alunos de Planejamento Regional, em cooperação com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com a Escola Brasileira da Amazônia e com a Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas; acompanhados de uma grande comitiva de autoridades. Mas também a Escola Industrial foi prestigiada com uma visita, para a qual preparou uma exposição de mostra pedagógica dos trabalhos dos alunos (AMAPÁ/[Jornal] *Amapá*, 8 jan. 1956, p. 1). Para o GTFA, era

preciso demonstrar que o discurso e a prática do programa administrativo estavam afinadas e que a região estava em franca transformação

Essas visitas mencionadas não constaram nos *Relatórios de Atividades* da Escola Doméstica até 1962. Somente a partir do ano seguinte que foi incluído um item novo neste *corpus* documental com a denominação de “Visitas,” registrando-se então as visitas ilustres ao estabelecimento escolar. Em sua pesquisa, Oliveira (2016), entrevistou nove alunas egressas da Escola Doméstica. Por meio da História Oral, pode identificar pelo menos quatro tipos de visita: de autoridades, de familiares das alunas aos domingos, do Clero e de convidados nas cerimônias de encerramento. As entrevistadas em sua maioria relataram lembrar da presença de visitantes no recinto da escola, que associavam a pessoas do Governo e que as alunas tinham que estar a posto para receber qualquer autoridade que chegasse à escola. Atípico para ter sido uma visita noturna, evocada por uma entrevistada, de marinheiros que chegaram à cidade e se encaminharam à Escola Doméstica, mas as alunas não ficaram a postos para recebê-lo, pois as Irmãs mandaram todas se recolher e sem lhes informarem de nada, mesmo porque deveria ser uma comitiva masculina, mantendo suas pupilas bem guardadas.

Reportagens sobre a Escola Industrial e o Curso Normal também eram usadas para demonstrar o progresso socioeconômico do ex-Território nas páginas do *Jornal Amapá*. A exemplo, em 5 de fevereiro de 1956, por ocasião da visita do Diretor da Escola Brasileira de Administração pública para aplicar teste de selecionar novos candidatos para sua escola e conhecer as realizações administrativas do GTFA. Em destaque, publicou a seguinte foto dos alunos da Escola Industrial, claramente associando a formação profissional dos discentes em artífices com o progresso do Amapá, calcada na divisão sexual do trabalho.

Foto 1 – Detalhe da imagem do *Jornal Amapá* sobre a aprendizagem dos alunos na Escola Industrial de Macapá



Fonte: AMAPÁ. Em Macapá o Professor Benedito Silva. [Jornal] *Amapá*, n. 707, 5 fev. 1956, p. 4.

Em relação à preparação de professores para o Ensino Primário, o Curso Normal Regional, que depois constituiu-se em Escola Normal, desempenhava um papel relevante para que os jovens fossem "ao encontro das aspirações do Governo, no ideal de fazer tudo pelo Amapá, para o bem do Brasil." (AMAPÁ/[Jornal] *Amapá*, O Curso Normal de Macapá, 11 fev. 1950) Contudo, embora o convite para novas matrículas fosse sem distinção a toda a juventude, verifica-se que a procura pelo curso era feita por discentes do sexo feminino em sua esmagadora maioria, conforme se observa na relação de alunos divulgada em 1950. (AMAPÁ/[Jornal] *Amapá*, Curso Normal Regional, 22 jul. 1950, p. 3.). Na comemoração do aniversário da criação do Território Federal do Amapá, em 1950, fica a constatação fica evidente nas fotos divulgadas pelo jornal. (AMAPÁ/[Jornal] *Amapá*, 8 jan. 1956, p. 1)

Foto 2 – Detalhe das imagens do Jornal *Amapá* sobre o Curso Normal Regional, em Macapá



Fonte: AMAPÁ. Curso Normal Regional. [Jornal] *Amapá*, n. 287, 13 set. 1950. Seção 2, p. 3.

A docência para as mulheres, conforme as representações da época, era uma profissão eminentemente feminina que não comprometia seu papel dentro do lar. Desde o início do século XX, conforme Stamatto (2002), fora composto um discurso de vocação natural da mulher, que relacionava suas tidas qualidades naturais de ternura à profissão.

No entanto, a abertura dessa profissão para as mulheres era feita de forma condicionada ao controle masculino, com pouca possibilidade de assumir cargos de comando.

Anúncios de solenidades de encerramento de ano letivo e de realização de cerimônias de formatura das referidas escolas são amiúde encontradas no periódico *Amapá*. Enaltecia-se o êxito pedagógico das instituições, com anúncio da exposição dos trabalhos realizados durante o ano letivo, execução de peças musicais e teatrais e da presença de autoridades convidadas.

Nessas cerimônias, as formandas da Escola Doméstica recebiam o diploma em Artes Domésticas, entregues pela autoridade presente na mesa cerimonial, notadamente o Governador da época. Janary Nunes compareceu a todos os encerramentos ou mandou representantes em seu nome e era alvo de agradecimentos e homenagens feitas tanto pelas Irmãs, quanto pelas alunas. Assaz, o bispo da Igreja Católica era um dos convidados que se fazia presente.

Foto 2 – Reportagem sobre o encerramento do ano letivo da Escola Doméstica de Macapá e detalhe da imagem do Jornal *Amapá*



Fonte: AMAPÁ. Encerramento do ano letivo da Escola Doméstica de Macapá. [Jornal] *Amapá*, n. 287, 13 set. 1950. Seção 2, p. 3.

O Diploma atestava a formação das alunas em Artes Domésticas, mas não conferia a licenciatura, muito embora nas cerimônias de formatura fossem chamadas de professoras pelas autoridades, conforme os *Relatórios de Atividades*. No entanto, sua área de ação estava ligada junto à sua família, no âmbito privado e doméstico, podendo fazer atividades artesanais de corte-costura, tricô, bordados e crochê, entre outros, para

complementar a renda da família. O chefe de família era o homem, que trabalhava fora do lar.

Destarte, o GTFA reforçava essa visão sobre a formação profissional a nível de docência passando a premiar as melhores alunas da escola com um emprego como professora. Segundo o *Relatório de Atividades...* de 1954, foi concedido à primeira colocada das melhores notas a nomeação de professora auxiliar de trabalhos manuais no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e uma caderneta de poupança às outras que se destacaram cada série, e não apenas às concludentes (AMAPÁ/EDM, 1954, f. 9-10). Estes prêmios decorreram da sugestão da própria Madre Superiora das Irmãs, como afirmado no *Relatório de Atividades...* de 1960. (AMAPÁ/EDM, 1960, f. 4).

Essas premiações eram incentivos para que as alunas se dedicassem aos estudos e, de certa forma, obedecessem às regras da escola, uma vez que havia no currículo da Escola Doméstica avaliação em Ordem e Comportamento, com o mesmo valor de nota que de outras disciplinas. Caso houvesse reprovação em qualquer uma delas, a aluna era desligada da escola. A mais importante era um cargo como professora na rede de ensino, lembrando-se que este era um tipo de profissão aceitável para a mulher, à época, além de ser dona de casa e mãe de família.

Embora no *Relatório de Atividades da Escola Doméstica* de 1962, a Madre Superiora das Irmãs esclarecesse que o curso lá ministrado não era o Normal (de formação de professores primários), ocorreu houve a facilitação da transmigração de um Curso a outro, possibilitando às diplomadas em Artes Domésticas entrarem na metade do Curso Normal Regional. Verificou-se no *Relatório de Atividades...* de 1963 (f. 4) que a legitimidade dessa transmigração foi dada com a Portaria n. 213/63, encaminhada pelo Memorando n. 1755/63 de 22/8, assinado pelo Sr. Dr. Antonio Munhoz Lopes, então Diretor da Divisão de Educação.

Entretanto, o curso oferecido pela Escola Doméstica era sempre enaltecido como de suma importância. Quando a primeira turma da escola se formou em 1954, reforçava-se a missão precípua da escola na formação das moças, para que:

levem aos seus lares os frutos da educação recebida. A Escola procurou com amor e dedicação construir, canalizar, dirigir forças e atitudes, criar consciências retas e honestas. Brevemente essas moças formarão seus lares e a melhor satisfação daqueles que trabalham pela Escola Doméstica será ver refletido em cada um deles o espírito mesmo da Escola. Com certeza será um benefício para o Brasil e para este Território que está-se encaminhando pela

estrada do progresso e da felicidade. (AMAPÁ/EDM. *Relatório de Atividades...*, 1954, f. 5-6).

O *Relatório de Atividades...* de 1955, sobre a formatura da segunda turma da escola, deixou-se explícito que na cultura escolar foram conjugados os valores religiosos e nacionalistas, resquícios do Estado Novo, ao escrever que a escola “procurou lapidar com amor e carinho, inculcando o amor de Deus, a Pátria, a Família, a sociedade, esperando que estes conhecimentos formem aptidões que reflitam no engrandecimento deste rincão, com formação de lares sadios.” (AMAPÁ/EDM. *Relatório de Atividades...*, 1955, f. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições escolares eram consideradas de suma relevância na política pública para a formação da futura mão-de-obra no então Território Federal do Amapá e para a demonstração ao País da eficácia que o GTFA estava conseguindo para o progresso desta parte da Amazônia Setentrional. Por isso, tinham grande destaque nas programações de visita de autoridades e de recepção de comitivas e nas cerimônias de encerramentos ou de formaturas, como um espelho do desenvolvimento por meio da domesticidade, pois duas delas, a Escola Industrial e a Escola Domestica de Macapá, eram segregadas tanto por sexo como pelo tipo de aprendizagem oferecida. A terceira, a Escola Normal de Macapá, oferecia a coeducação dos sexos, mas recebia um público majoritariamente de mulheres, explicado pelas representações da época que atrelavam ao exercício da docência qualidades consideradas femininas.

Colocava-se a mulher numa posição subalterna, que se dedica ao lar e a sua família como a missão mais importante de todas. O chefe da família era o homem, formado em ofícios para a nascente indústria mineradora e para as que surgissem, que com seu labor seria o mantenedor principal. A possibilidade de trabalho fora do lar para as mulheres também estavam condicionadas a não interferência na sua missão principal ou a atividades que não fossem deturpadoras de sua moral. Por isso, era desejável o exercício da docência ou de confeccionar trabalhos artesanais de corte-costura, tricô, bordado e crochê. A correlação entre Gênero e Política de Estado estava claramente delineada na tentativa de impor uma divisão sexual do trabalho, com a colaboração dos setores privado

e confessional, sendo o *campus* educacional foi um dos alvos escolhidos para implementar um modelo patriarcal de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017, p. 21.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**, v. 4, 1995

GHEDDO, Piero. **PIME: 150 anni di missione (1850-2000)**. Bologna: EMI, 2000.

LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá**. Belém: Paka-Tatu, 2009.

_____. A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). 2013. 239 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02102013-131130/pt-br.php>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

OLIVEIRA; FERREIRA. Norma-Iracema de B. Onde se reza e também se estuda: Estado, Igreja Católica e a escolarização no ex-Território Federal do Amapá (1948-1964). **Tempo Amazônico online: revista eletrônica da ANPUH – Seção Amapá**, v. 2, n. 2, jan./ jun. 2015, p. 74-93. Disponível em: <<http://www.ap.anpuh.org/tempoamazonico>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. Público/confessional, cultura escolar e formação de habitus: a Escola Doméstica de Macapá/AP (1951-1964). 2016. 203 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá. 2016.

_____; _____. A educação feminina na fronteira da Amazônia: escolas para as mulheres no Território Federal do Amapá (1949-1964). **Inter-ação: revista da Faculdade de Educação da UFG, Goiânia**, v. 42, n. 3, p. 710-725, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v42i3.48965>>

_____. A “colaboração desejada”: aspectos da dominação masculina no Território Federal do Amapá. In: LOBATO, Sidney. **Igreja e Trabalhadores na Amazônia Setentrional**. Rio Branco: Nepan, 2018.

PAZ, Adalberto. **Os mineiros da Floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica**. Belém: Paka-Tatu, 2014.

PERROT, Michelle. Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 4, 1995, p. 9.

ROMELLI, Giovanni. **50 Anos educando para a vida**: uma proposta diferente [1961-2011]. Macapá: [s.n.], 2011.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943-1970). Belém: Grafimorte, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na História: a mulher na Escola (1549-1910). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: história e memória da educação brasileira, 2., 2002, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: UFRN, 2002. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>. Acesso em: 4 set. 2015.